

GABARITO 01
CADERNO DE QUESTÕES
CONSULTOR LEGISLATIVO

TARDE

ÁREA: FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

ATENÇÃO

Sr. candidato,

Verifique se o tipo de gabarito constante em seu cartão-resposta corresponde ao da etiqueta colada na carteira e ao do caderno de questões recebido. Esses números deverão ser idênticos. Qualquer divergência informar, imediatamente, ao fiscal de sala e solicitar a devida correção.

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Atualidades	01 a 10
Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	11 a 30
Área de Conhecimento: Direito Financeiro e Administração Financeira e Orçamentária Pública, Controle Externo e Interno e Finanças Públicas	31 a 60

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no seu **CARTÃO-RESPOSTA**, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

As paixões ensinaram a razão aos homens.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha.
5. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do **CARTÃO-RESPOSTA**, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e sua assinatura na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, e disponibilizado, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

ATUALIDADES

01. “Não há o que lamentar. Não importa em que direção, o mundo se move. Homens e mulheres vão e vêm de todos os lados do planeta, movendo-se literalmente ou através de sua imaginação.

Vamos, então, desmascarar o paradoxo de uma vez. Tudo circula: música, slogans de propaganda, turistas, bits de informação, filiais de indústrias; e, ao mesmo tempo, tudo parece estar coagulado, parado no mesmo lugar, as diferenças entre as pessoas e o estado das coisas atenuando-se cada vez mais”.

[GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006, p. 293]

Para Guattari, o fato que explica este estado de coisas é que:

- (A) os imigrantes se agruparam em guetos
 (B) as diferenças se anularam na proibidade
 (C) os espaços se tornaram estandardizados
 (D) as culturas se mostraram refratárias à diferença
02. “As mudanças climáticas podem matar 80% dos 600 mil pinguins imperiais até 2100, segundo um estudo publicado esta semana na revista *Nature Climate Change*. A maior ameaça às aves vem de alterações na cobertura do gelo no Oceano Antártico, o que afetará a criação dos filhotes e a alimentação da espécie. O ritmo do declínio populacional vai variar de acordo com as colônias, mas todas serão afetadas até o final do século”.

[NA ANTÁRTICA - Clima pode dizimar 80% dos pinguins imperiais. In: *Jornal O GLOBO*. Sociedade, 01/07/2014, p. 28]

Segundo Wagner Costa, em “A Ordem Ambiental Internacional”, a preocupação com a preservação das espécies ameaçadas de extinção, como a citada no texto acima, é uma demonstração de consciência ambiental, respeito à pluralidade de manifestações da vida no planeta e deve estar associada à discussão do seguinte valor:

- (A) genético
 (B) comercial
 (C) extrativista
 (D) humanitário

03. “Mesmo após a aprovação do novo Código Civil, a aplicação dos avanços da Constituição de 1988 encontrava entraves no Código Penal, que datava de 1940. Neste, constava o qualificativo: *mulher honesta*, que definia, para as mulheres o direito de ser, ou não, protegida, em caso de abuso, estupro ou fraude de cunho sexual. As modificações desse código, ocorridas em 2005, acarretaram, entre outras coisas, a retirada desse qualificativo, que, por sua vez, significou mudanças na punição de diversos crimes. [...] Também acabou com o artigo que apenas considerava crime o rapto de *mulher honesta*”.

[PEDRO, Joana. Mulheres. In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto*: 1987 - 2007. São Paulo: Contexto, 2007. p. 174-175]

Nesse novo Código Civil, deixou de ser considerada crime a seguinte prática:

- (A) aborto
 (B) adultério
 (C) meretrício
 (D) sadismo
04. “Os islandeses insurgiram-se, tal como pessoas em outros países, contra um setor do capitalismo financeiro especulativo que destruiu os meios de sustento do povo. Mas sua indignação veio da percepção de que as instituições democráticas não representavam os interesses dos cidadãos porque a classe política se tornara uma casta autorreprodutora que favorecia os interesses da elite financeira, assim como a preservação de seu monopólio sobre o Estado”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 46]

O fato histórico a que o texto se refere é conhecido como:

- (A) Sexta-Feira da Determinação
 (B) Revolução das Painéis
 (C) Revolta Islâmica
 (D) Debate do Povo
05. A atual Constituição Federal do Brasil estabelece a saúde como um direito universal e um dever constitucional de todas as esferas de governo, sendo o conceito de saúde ampliado e vinculado às políticas sociais e econômicas.

[Adaptado de: PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006, p. 17]

Nesse contexto, a assistência é concebida de forma:

- (A) esporádica e sanitária
 (B) contínua e voluntária
 (C) preventiva e curativa
 (D) alternativa e clínica

06. “Quando a internet alastrou-se no mundo como um ambiente de comunicação confiável, ponto a ponto, bilateral e acessível até mesmo para indivíduos, a partir das suas residências, estabeleceu-se um ambiente global muito mais favorável às organizações em rede do que para as organizações verticais de comando, claro está, que, para sua viabilização, precisamos considerar a democratização do acesso à internet como peça-chave para que a população possa ter a possibilidade de organizar-se de modo horizontal”.

[PRETTO, Nelson, PINTO, Claudio C. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006, p. 20]

Segundo os autores, para que se garanta esse acesso horizontal, não apenas de forma individualizada nas residências, mas com soluções de uso coletivo, aberto a quaisquer pessoas, a seguinte medida é de fundamental importância:

- (A) ampliação do consumo de bens eletrônicos
- (B) expansão da rede de fibra ótica no país
- (C) privatização dos meios de comunicação
- (D) desenvolvimento de políticas públicas

07. “A Adbusters publica *post* no blog criando a *hashtag* #occupywallstreet e convoca um protesto para 17 de setembro, em que “20 mil pessoas inundaram o *Lower Manhattan*. Montaram barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocuparam *Wall Street* pelo prazo de alguns meses”, exigindo “democracia, não corporocracia”, e afirmando que, a partir de sua “única e simples demanda, uma comissão presidencial para separar o dinheiro da política”, iriam “começar a estabelecer a agenda para uma nova América”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 207]

A convocação inicial para esta ocupação teve como pretensão:

- (A) restaurar a democracia tornando o sistema político independente do poder do dinheiro
- (B) anular as medidas parlamentares de ajuda às instituições financeiras norte-americanas
- (C) impedir o *impeachment* do presidente Obama acusado de má gestão governamental
- (D) recuperar a credibilidade do conceito de *self-made man*, típica da cultura americana

08. O processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização possui algumas características como a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional.

[Adaptado de: DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec.2006, p.121]

Entre os fatores responsáveis pela viabilização desse processo em países de diferentes continentes, destaca-se a:

- (A) falência das empresas transnacionais
- (B) crise da produção agromanufatureira
- (C) instabilidade da economia mundial
- (D) queda das barreiras protecionistas

09. Entre os novos e distintos fatores que tornaram possível o sucesso das revoltas populares na Tunísia em 2011, por um período prolongado, iniciando o movimento das lutas populares por democracia no mundo muçulmano que ficou conhecido como “Primavera Árabe”, destacaram-se a:

- (A) telefonia e a rede Al Bayan
- (B) internet e a rede Al Jazeera
- (C) juventude e a rede Al-Ahram
- (D) minoria sunita e a rede Avanzi

10. “Na verdade, o hábito herdado de nosso passado colonial do uso privado da coisa pública enraizou-se de tal maneira no Estado e na sociedade brasileiros que a própria ideia clássica de cidadania ganhou entre nós um sentido próprio, marcado pela confusão quase generalizada entre o que é próprio do ambiente doméstico-familiar (amigos inclusos) e aquilo que é específico do Estado”.

[MONDAINI, Marco. Direitos Humanos, In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 82]

Esse tipo de cidadania, em que as relações de caráter privado se impõem sobre as de caráter público é denominada:

- (A) patrimonialista
- (B) genética
- (C) regulada
- (D) substantiva

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

11. No Capítulo que trata dos direitos fundamentais, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro dispõe expressamente que:
- (A) o município criará formas de incentivo específicos, nos termos da lei, às empresas que apresentem políticas e ações de valorização social da mulher
 - (B) o município assegurará, aos portadores de deficiência, a possibilidade de recebimento de suas contas em braille, com desconto de 20%
 - (C) o município buscará garantir a integridade da fauna, vedada a prática de meios cruéis que violem os direitos fundamentais dos animais
 - (D) o município buscará assegurar o recebimento de bengalas aos portadores de deficiência de baixa renda que necessitarem
12. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro veda expressamente ao Município:
- (A) criar ou manter, com recursos públicos, carteiras especiais de assistência social
 - (B) pagar mais de dois proventos de aposentadoria a ocupante de função ou cargo público
 - (C) alienar áreas e bens imóveis sem a aprovação da maioria dos membros da Câmara Municipal
 - (D) alienar bens imóveis sem a aprovação de 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal
13. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é da competência exclusiva da Câmara Municipal:
- (A) decidir sobre a perda de mandato de Vereador, pelo voto secreto de dois terços dos seus membros, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica
 - (B) fixar a remuneração dos vereadores em cada legislatura, para a subsequente, no primeiro período legislativo ordinário do último ano de cada legislatura
 - (C) representar ao Procurador-Geral de Justiça, mediante aprovação de um terço dos seus membros contra o Prefeito por crime ou ato de improbidade
 - (D) conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços à causa da humanidade, mediante decreto aprovado por dois terços dos membros
14. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Município reger-se-á por:
- (A) lei ordinária votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
 - (B) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
 - (C) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
 - (D) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
15. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que a Câmara Municipal:
- (A) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus servidores
 - (B) não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
 - (C) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
 - (D) não gastará mais de sessenta e cinco por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus servidores
16. Segundo as normas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, se o Presidente da República considerar o projeto de lei no todo ou em parte inconstitucional promoverá:
- (A) a sanção parcial, no prazo de 30 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 3 dias, ao Presidente do Senado Federal os motivos da sanção parcial
 - (B) o veto total, no prazo de 10 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 5 dias úteis, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos do veto
 - (C) o veto, total ou parcial, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto
 - (D) a sanção, total ou parcial, no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 24 horas, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos de eventual veto

17. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), o estágio probatório é:
- (A) o período de dois anos a contar da data da nomeação, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
 - (B) o período de três anos a contar da data da posse, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
 - (C) o período de três anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
 - (D) o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
18. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), à funcionária gestante será concedida, mediante inspeção médica:
- (A) licença de até 3 meses, sem prejuízo do cargo e do salário
 - (B) licença com vencimento integral, pelo prazo de seis meses
 - (C) licença de até 120 dias, sem prejuízo do cargo e do salário
 - (D) licença com vencimento integral, pelo prazo de cinco meses
19. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a pena de suspensão é cabível no caso de:
- (A) reincidência em falta já punida com repreensão
 - (B) desobediência ou falta de cumprimento de deveres
 - (C) reincidência de transgressão punível com advertência
 - (D) negligência, imprudência ou imperícia na atividade funcional
20. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), o orçamento anual poderá conter dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, sob a denominação:
- (A) reserva de contingência
 - (B) crédito extraordinário
 - (C) crédito estratégico
 - (D) reserva adicional
21. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), a realização da despesa compreende três fases denominadas:
- (A) arrecadação, execução e pagamento
 - (B) empenho, execução e pagamento
 - (C) empenho, liquidação e pagamento
 - (D) empenho, dotação e liquidação
22. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro sobre as comissões permanentes, é possível afirmar que:
- (A) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, três comissões permanentes, não podendo, todavia, pertencer a mais de cinco, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
 - (B) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de quatro, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
 - (C) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de duas, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
 - (D) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de três, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
23. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Comissão de Defesa da Mulher será ocupada:
- (A) prioritariamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
 - (B) exclusivamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
 - (C) prioritariamente por mulheres comuns vítimas de violência doméstica
 - (D) preferencialmente por mulheres com notável conhecimento de causa
24. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o processo simbólico de votação consiste na:
- (A) simples apuração dos votos favoráveis, contrários, em branco ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum especial de votação ou quando solicitada a verificação nominal de matérias de maioria simples
 - (B) simples apuração dos votos favoráveis, contrários ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum simples de votação ou quando solicitada a verificação nominal simbólica de matérias de maioria simples
 - (C) simples contagem de votos favoráveis e contrários, que será efetuada pelo Presidente, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado
 - (D) simples votação por arrastamento que será efetuada pelo vereador mais antigo, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado

25. De acordo com as disposições expressas da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida:
- (A) pela ação fiscalizadora sobre a administração e pelo controle do voto, dentre outros
 - (B) pela participação nas decisões do Município e pelas políticas públicas, dentre outros
 - (C) pela iniciativa popular, pelo plebiscito e referendo e pelas políticas públicas, dentre outros
 - (D) pelo voto direto e secreto com valor igual para todos e pelo sufrágio universal, dentre outros
26. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal tem sede no:
- (A) Palácio Marcelo Alencar
 - (B) Palácio Pedro Ernesto
 - (C) Palácio Guanabara
 - (D) Palácio Tiradentes
27. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que:
- (A) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos prefeitos
 - (B) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta por cento do subsídio dos prefeitos
 - (C) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos deputados estaduais
 - (D) em Municípios de mais de quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a sessenta e cinco por cento do subsídio dos deputados estaduais
28. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão prescreverá em:
- (A) dois anos
 - (B) três anos
 - (C) quatro anos
 - (D) cinco anos
29. A Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), no capítulo que trata dos contratos administrativos, estabelece expressamente que:
- (A) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação pelo período de doze meses, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
 - (B) os contratos poderão ter vigência indeterminada ou determinada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a noventa dias, salvo disposição contrária de lei
 - (C) os contratos poderão ter vigência indeterminada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a quarenta e cinco dias, salvo disposição contrária de lei
 - (D) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação por igual período, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
30. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, é possível afirmar que os projetos de lei de iniciativa da Câmara Municipal:
- (A) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria dos vereadores presentes
 - (B) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, de três quintos dos vereadores
 - (C) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores
 - (D) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores

ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO FINANCEIRO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA, CONTROLE EXTERNO E INTERNO E FINANÇAS PÚBLICAS

31. Com a finalidade de apurar o limite do montante da despesa total com pessoal dos municípios, conforme estabelecido na legislação vigente, **NÃO** será computado o seguinte gasto:

- (A) auxílio creche
- (B) pagamento de pessoal inativo
- (C) subsídios de administradores públicos
- (D) indenização por demissão de servidores

32. De acordo com as classificações das receitas e despesas públicas, enunciadas nas normas vigentes, pode-se afirmar que:

- (A) o grupo de natureza de despesa constitui agregação de elementos de despesas de mesmas características quanto ao objeto de gasto
- (B) a classificação por natureza da receita está estruturada por níveis de desdobramento, codificada de modo a facilitar a identificação da origem dos recursos, compondo-se de oito níveis
- (C) a despesa corrente abrange gastos com custeio e com transferências correntes recebidas e as despesas de capital abrangem os gastos com investimentos, inversões financeiras e transferências de capital concedidas
- (D) a receita de capital é aquela proveniente da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívida, conversão em espécie de bens e direitos e dos recebimentos de dividendos de empresas públicas vinculadas

33. Com o propósito de apurar o Resultado Primário, em 31/12/2013, uma prefeitura elaborou, com base na execução orçamentária e financeira, o seguinte demonstrativo de receitas e despesas: (valores em reais)

RECEITAS		DESPESAS	
IPTU	25.000	Pessoal Ativo	100.000
ISS	23.000	Pessoal Inativo	25.000
Taxas	7.500	Serviços de Terceiros	20.000
FPM	50.750	Juros e Encargos da Dívida	5.000
Cota-Parte ICMS	52.000	Aquisição de Bens Móveis	10.500
Cota-Parte IPVA	20.000	Aquisição de Bens Imóveis	17.500
Aplicações Financeiras	2.500	Amortização da Dívida	37.500
Operações de Crédito	18.000	Material de Consumo	10.750
Alienações de Bens Móveis	12.500		

Considerando esses dados, pode-se afirmar que o resultado apurado correspondeu a um:

- (A) déficit de R\$ 5.500
- (B) déficit de R\$ 15.000
- (C) superávit de R\$ 3.000
- (D) superávit de R\$ 26.000

34. Com base na legislação vigente sobre as fontes de recursos disponíveis para abertura de créditos suplementares e especiais, pode-se afirmar que:

- (A) a reserva de contingência é uma dotação global não especificamente destinada a órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujo valor para cada esfera de governo é determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal
- (B) o excesso de arrecadação é o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação realizada e a prevista, considerando-se a tendência do exercício, devendo ser deduzidos os créditos extraordinários abertos no exercício
- (C) a operação de crédito por antecipação de receita é realizada para a cobertura de déficit orçamentário, desde que não esteja consignada dentre as receitas previstas a serem arrecadadas e com autorização legislativa, constando na própria LOA
- (D) o superávit financeiro, apurado e demonstrado no balanço patrimonial do exercício anterior, é a diferença positiva entre o ativo e passivo circulante, conjugando-se, também, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos a eles vinculadas

35. De acordo com as normas vigentes acerca da elaboração, estrutura e conteúdos da Lei Orçamentária Anual, é correto afirmar que:

- (A) em caso de previsão de déficit, a própria LOA indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a cobertura das despesas
- (B) não consignará ajuda financeira à empresa de fins lucrativos, ainda que se trate de subvenções, cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial
- (C) o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais, que a compõem, deverão funcionar como instrumentos voltados para a redução das desigualdades sociais
- (D) não pode conter dispositivo que autorize o Município a contratar operação de crédito por antecipação de receita destinada a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro

36. Em 31/12/2013, uma determinada prefeitura elaborou o demonstrativo abaixo, referente ao controle de suas receitas: (valores em reais)

Fontes	Previsão LOA	Lançamento	Arrecadação	Recolhimento
Cota-Parte FPM	12.500	—	11.250	11.250
IPTU	7.500	6.250	5.500	5.000
ISS	5.000	—	3.750	3.000
Aluguéis	3.750	3.750	2.000	1.750
Serviços	7.500	—	5.000	3.750
Multas	500	450	380	350
Alienação de Bens	2.500	—	2.000	1.750
Operações de Crédito	12.500	—	10.000	10.000
Contribuição de Melhorias	2.500	2.000	1.600	1.300

Com base nesses dados e conforme preconizado na legislação vigente, o montante das receitas realizadas e o valor inscrito na dívida ativa foram, respectivamente, iguais a:

- (A) R\$ 38.150 e R\$ 4.050
- (B) R\$ 38.150 e R\$ 4.770
- (C) R\$ 41.480 e R\$ 2.970
- (D) R\$ 54.250 e R\$ 12.770

37. De acordo com a legislação vigente aplicada ao Município do Rio de Janeiro, quanto à Lei Orçamentária Anual, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) o projeto da LOA e dos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, garantida a participação popular na sua elaboração e no processo da sua discussão
- (B) ela compreenderá, além do orçamento fiscal e o da seguridade social, o de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social
- (C) serão discriminados separadamente os percentuais e as verbas destinadas a cada secretaria, fundação, autarquia, companhia ou empresa, salvo nos casos em que estiverem subordinados ou vinculados a uma secretaria
- (D) na sua elaboração, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, ressalvada a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212 da Constituição da República

38. Considere os seguintes dados de uma determinada prefeitura, referentes aos recursos financeiros arrecadados durante o exercício de 2013:

Fontes	R\$
ISS	40.000
IPTU	23.000
ITBI	5.000
IRRF (servidores)	10.000
Cota-Parte ICMS	15.000
Cota-Parte IPVA	8.000
Cota-Parte FPM	40.000
Arrendamentos	5.000
Alienação de Bens Imóveis	4.000
Dívida Ativa Tributária	5.000
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.000
Operações de Crédito Internas (Contrato)	30.000
Dividendos de Empresas Controladas	5.000

O montante das receitas de transferências foi igual a:

- (A) R\$ 118.000
- (B) R\$ 112.000
- (C) R\$ 73.000
- (D) R\$ 63.000

39. O instrumento de descentralização do crédito orçamentário ou adicional, realizado no âmbito de uma secretaria municipal, em que uma unidade orçamentária, detentora da dotação, transfere a uma unidade administrativa subordinada ou a outras unidades orçamentárias ou administrativas não subordinadas, a faculdade de realização de despesa de seu programa de trabalho, denomina-se:

- (A) destaque
- (B) provisão
- (C) repasse
- (D) cota

40. De acordo com a legislação vigente, é vedada a celebração de contrato de repasse entre a União e o Município do Rio de Janeiro, para a execução de obras e serviços de engenharia, cujo valor seja inferior a:

- (A) R\$ 100 mil
- (B) R\$ 120 mil
- (C) R\$ 150 mil
- (D) R\$ 200 mil

41. O Código de Ética dos Tribunais de Contas, aplicado a conselheiros e servidores de Tribunais de Contas, estabelece alguns deveres alusivos à relação com as entidades fiscalizadas. Dentre estes, inclui-se como dever do servidor a cargo do Tribunal:
- (A) abster-se de fazer recomendações ou apresentar sugestões sobre assunto administrativo interno do órgão, entidade ou programa fiscalizado, durante os trabalhos de campo
 - (B) denunciar quaisquer atos ou fatos que venha a sofrer ou conhecer e que protelem a decisão dos feitos, limitem sua independência ou criem restrições à sua atuação
 - (C) propiciar regras específicas sobre o conflito de interesses públicos e privados e limitar a utilização de informação privilegiada na fiscalização
 - (D) ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado
42. O Tribunal de Contas - TC - deverá desempenhar suas atividades de auditoria governamental de forma autônoma e independente de seus jurisdicionados, livre de intervenções política, financeira ou administrativa. Sobre a ação do TC, é correto afirmar que:
- (A) o TC deve promover, junto aos seus auditores, a compreensão de sua função, objetivando a obtenção de informações solicitadas e tempestivas, bem como a condução de discussões em uma atmosfera de respeito e compreensão mútuos
 - (B) o TC deve levar em consideração as opiniões dos administradores e de outros responsáveis públicos ao formular seus pareceres, comentários, relatórios, conclusões e recomendações de auditoria governamental
 - (C) o TC deve possuir liberdade para estabelecer prioridades e programar seu trabalho de acordo com metodologias consolidadas em normas emitidas pelo Legislativo para as auditorias governamentais
 - (D) o TC, ao realizar parcerias e atuar em rede de controle, não deve comprometer a sua autonomia, submetendo-se apenas ao comando do poder Legislativo
43. A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, perante indicativos de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá:
- (A) solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de dez dias, preste os esclarecimentos necessários
 - (B) estabelecer horário, que designará um plantão para, se solicitada, prestar informações aos interessados de contas expostas em dependência da Câmara Municipal
 - (C) solicitar ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias, caso não sejam prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes
 - (D) propor à Câmara Municipal a devolução desses valores, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, caso o Tribunal de Contas entenda irregular a despesa
44. Existem alguns procedimentos de auditoria governamental que são aplicados, observando as circunstâncias em que são aconselháveis e a peculiaridade de cada trabalho. A assertiva correta acerca de um desses procedimentos é:
- (A) exame e comprovação documental - apurar, demonstrar, corroborar e concorrer para provar, a validade e autenticidade de uma situação, documento ou atributo ou responsabilidade do universo auditado, através de provas obtidas em documentos integrantes dos processos, tais como, administrativo, orçamentário, operacional ou gerencial do ente público
 - (B) exame e comparação de livros e registros - põe de acordo ou combina diferentes elementos, por meio de um conjunto de procedimentos técnicos utilizados para comparar uma amostra do universo com diferentes fontes de informações, a fim de se certificar da igualdade entre ambos
 - (C) inspeção física - é o processo de visitação e acompanhamento técnico, no qual o próprio profissional de auditoria governamental observa, *in loco*, atenta e minuciosamente, sistemas ou processos operacionais da Administração Pública
 - (D) conciliação - estabelece o confronto, o cotejamento, a comparação de registros e documentos para a comprovação da validade e autenticidade do universo, população ou amostra examinada

45. O Sistema de Controle Interno é conjunto das atividades de controle exercidas pelas diversas unidades técnicas da Administração, organizadas e articuladas a partir de uma unidade central de coordenação. Na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, entre as finalidades dos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno, menciona-se:
- (A) participar da elaboração dos orçamentos do Município
 - (B) aprovar operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município
 - (C) controlar os custos e preços dos serviços de qualquer natureza mantidos pela administração direta, indireta e fundacional
 - (D) estabelecer o cumprimento das metas previstas no PPA e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município
46. O Relatório do Auditor é a peça mais importante da Auditoria realizada. Ele representa fase principal do trabalho do Auditor, que é a comunicação dos resultados. Quanto à abrangência, os relatórios de auditoria governamental podem ser classificados como:
- (A) relatório de avaliação do sistema de controles internos
 - (B) relatório de exame da formalidade processual
 - (C) relatório longo ou detalhado
 - (D) relatório final
47. Os instrumentos do sistema de controle interno são mecanismos prévios de ordenação estrutural e de conduta, que permitem uma formulação sólida do sistema (objetiva e subjetiva), com vistas à necessária eficiência da atividade de controle. São instrumentos de controle interno:
- (A) documento e registro, autorização e execução e segregação das funções
 - (B) autorização e execução, integração do sistema e quadro de pessoal
 - (C) segregação das funções, responsabilidade, integração do sistema
 - (D) responsabilidade, integração do sistema e quadro de pessoal
48. A competência do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, sobre os processos que tratam de atos concessórios de aposentadorias e pensão, é:
- (A) julgar a regularidade ou irregularidade da concessão
 - (B) apreciar para fins de registro a legalidade da concessão
 - (C) fiscalizar a execução dos pagamentos para julgamento do débito
 - (D) autorizar o pagamento dos benefícios por ato do Presidente do Tribunal de Contas
49. Em todos os processos apresentados ao Tribunal de Contas do Município, será garantida às partes ampla defesa, na forma prevista no seu Regimento Interno. Das decisões proferidas pelo Tribunal, admitem-se recursos de:
- (A) embargos de Declaração
 - (B) embargos Infringentes
 - (C) recurso Extraordinário
 - (D) recurso Especial
50. Todo profissional de auditoria governamental necessita possuir competências para exercer suas funções. O profissional de auditoria deve ter a capacidade de:
- (A) ser sucinto ao elaborar seus relatórios possibilitando a conclusão objeto da auditoria
 - (B) avaliar os riscos identificados ao final das transações e operações auditadas
 - (C) corrigir procedimentos e técnicas orçamentárias, contábeis e patrimoniais
 - (D) relacionar-se, participando de equipes inter e multidisciplinares
51. A necessidade de criação da DRU (Desvinculação de Receitas da União) decorre de algumas regras estipuladas por nossa Carta Magna. De acordo com o Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, pode-se afirmar que são desvinculados de órgão, fundo ou despesa:
- (A) até 31 de dezembro de 2016, 15% (quinze por cento) da arrecadação da União de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais
 - (B) até 31 de dezembro de 2016, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais
 - (C) até 31 de dezembro de 2015, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais
 - (D) até 31 de dezembro de 2015, 15% (quinze por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais

52. A forma de Estado adotada no país e explicitada na Constituição Federal é a Federação. Em consonância com esse entendimento, a Constituição instituiu a competência tributária de cada um dos Entes da Federação. No entanto, o legislador constituinte determinou que algumas das receitas tributárias deveriam ser repartidas com outros Entes da Federação. Assim, pertencem aos Municípios:
- (A) 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios
 - (B) 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
 - (C) 50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem
 - (D) 50% do produto da arrecadação do imposto que a União instituir mediante lei complementar, impostos não previstos anteriormente, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição
53. As Limitações ao Poder de Tributar são como obstáculos estabelecidos pela Constituição Federal, para que o Ente Tributante não exceda o exercício de suas atribuições. Dessa forma, constata-se que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre:
- (A) obrigações da dívida pública dos templos de qualquer culto
 - (B) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência de livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão
 - (C) utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos pelos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei
 - (D) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser
54. Denominam-se bens públicos todos aqueles que pertencem às pessoas jurídicas de Direito Público. Segundo a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, constituem patrimônio do município os bens imóveis da administração direta do antigo Estado da Guanabara, compreendendo:
- (A) bens públicos de uso comum ou dominicais decorrentes da execução de projetos de urbanização aprovados, concluídos ou em execução
 - (B) bens públicos de uso comum do povo, incluídos os que constem de plano rodoviário federal e estadual
 - (C) bens imóveis por natureza ou acessão física
 - (D) bens que lhe vierem a ser atribuídos por lei
55. Na realidade, mercados perfeitamente competitivos são raros, havendo falhas de mercado que legitimam a intervenção do governo. No que diz respeito a esse assunto, é correto afirmar que:
- (A) dependendo do mercado consumidor dos bens de determinados setores, pode ser mais vantajoso haver várias empresas produtoras do bem em questão
 - (B) é exemplo de falha de mercado a existência de estado de bem-estar social e de externalidades
 - (C) os bens públicos possuem a característica de impossibilidade de exclusão de seu consumo
 - (D) não há externalidades positivas que demandem a intervenção do governo
56. Quando o Estado exerce sua atividade financeira, adota algumas funções básicas. Sobre este assunto, é correta a seguinte afirmação:
- (A) A ação do governo por meio da política fiscal abrange as funções alocativa, distributiva e fiscalizadora.
 - (B) A manutenção de elevado nível de emprego e a estabilidade nos níveis de preços configuram o campo de ação da função distributiva.
 - (C) Os impostos sobre o patrimônio, renda e serviços devem ser tais que minimizem os possíveis impactos negativos da tributação sobre a eficiência econômica regional, nacional ou setorial no âmbito da função distributiva.
 - (D) A função distributiva do Estado visa promover uma distribuição de renda mais equitativa entre os cidadãos, podendo ser realizada por meio de transferências diretas, cobrança de impostos e concessão de subsídios.

57. Em relação aos Déficits Públicos e à Dívida Pública verifica-se que:
- (A) a DFL é a Dívida Bruta do Setor Público com ajustes patrimonial e metodológico, de forma que sua variação seja igual ao Déficit Nominal do Setor Público consolidado
 - (B) no cálculo do Déficit Público, segundo o conceito operacional, exclui-se do cálculo do pagamento dos juros nominais da dívida pública os efeitos da correção monetária
 - (C) no cálculo da Dívida Líquida do Setor Público são incluídas as receitas de privatização e os valores correspondentes a créditos com o setor privado
 - (D) no conceito de Déficit Público primário também são contabilizados os juros e a correção monetária da dívida pública
58. As causas que esclarecem o déficit previdenciário no Brasil podem ser qualificadas em estruturais e conjunturais ou mais recentes. Com relação às causas mais recentes apontam-se:
- (A) transformação da estrutura etária que tem impacto direto sobre o equilíbrio atuarial da previdência
 - (B) postergação das aposentadorias em função da reforma previdenciária
 - (C) redução da inflação e seus efeitos sobre o valor dos benefícios
 - (D) mudanças no mercado de trabalho
59. Projetos demandam grandes quantidades de recursos financeiros para serem empreendidos. Esses recursos têm um custo, que varia de acordo com os riscos aos quais o investimento é exposto. Assim, quanto aos riscos do *project finances* de parcerias público-privadas, a definição correta é a seguinte:
- (A) risco macroeconômico: pode ser desdobrado em vários outros, em função de uma evolução econômica do país diferente da prevista pelos sócios e patrocinadores de um projeto
 - (B) risco de operação: possibilidade de atraso; abandono de obra por parte da firma encarregada; aumento de custos em relação aos previstos, na fase de construção
 - (C) risco de construção: associado a problemas de suprimentos ou outros eventos típicos de mercado, que afetem a obra, como elevação do custo dos insumos
 - (D) risco político: relacionado à eventualidade de ocorrência de um fato que possa implicar perda substancial ou total das regras-chave dos contratos
60. No período de 1985/1989, o marco institucional em que opera a política fiscal esteve sujeito a mudanças. A Constituição aprovada em 1988 restringiu a margem de manobra das autoridades econômicas. No que diz respeito aos avanços, precipitados pela nova legislação, pode-se citar:
- (A) a transferência para a STN das atribuições vinculadas aos Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Municípios, com vistas ao fortalecimento da relação União e Estados
 - (B) a criação da STN com a finalidade de unificar a contabilização de pagamentos e recebimentos do governo federal
 - (C) a assunção das atividades de reestruturação das operações de administração e de passivos contingentes pela STN
 - (D) a competência da STN para administrar a dívida pública